

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

STCP SERVIÇOS – TRANSPORTES URBANOS, CONSULTORIA E
PARTICIPAÇÕES, UNIPESSOAL, LDA.



Aprovado em reunião de Conselho de Gerência de 7 de fevereiro de 2023.

Controlo de Documento:

Versão	Data	Descrição
03	03/10/2023	Adaptação ao artigo 28.º do RGPD

OBJETO:

O presente documento contém a política de privacidade e proteção de dados pessoais da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (doravante abreviadamente designada por “STCP SERVIÇOS”, “Sociedade” ou “Empresa”), aplicável no exercício da sua atividade e nas suas relações comerciais ou outras com o público em geral, incluindo utilizadores, fornecedores, prestadores de serviços e demais contraentes, assim como no que concerne aos seus trabalhadores, tendo em vista assegurar a existência de um elevado nível de proteção dos dados pessoais e garantir a aplicação de medidas técnicas e organizativas necessárias para assegurar a confidencialidade, segurança e integridade dos dados pessoais objeto de tratamento, em conformidade com o disposto na legislação nacional e europeia em vigor.

Considerando que se trata de um documento dinâmico sujeito a constantes atualizações, a STCP SERVIÇOS avaliará e documentará, anualmente ou sempre que se justifique, a conformidade da sua atividade com a presente Política.

SUMÁRIO EXECUTIVO:

A STCP SERVIÇOS é uma empresa integrante do setor empresarial local que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e a exploração de soluções de mobilidade urbana e gestão de infraestruturas auxiliares do transporte.

A STCP SERVIÇOS, como empresa local, rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, pelo Código das Sociedade Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro na redação atual, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro na redação atual, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas.

A proteção de dados pessoais constitui, por isso, uma prioridade da STCP SERVIÇOS. No rigoroso cumprimento da lei, e com a preocupação constante de transparência e imparcialidade, implementamos práticas de segurança e adotamos procedimentos com o objetivo, sempre presente, de garantirmos a prossecução do interesse público nas áreas de intervenção desta Sociedade.

No âmbito e no exercício da sua atividade, esta Sociedade desenvolve atividades de tratamento de dados pessoais que se encontram documentadas, fundamentadas e são objeto do competente registo nos termos da lei.

Em matéria laboral, a STCP SERVIÇOS recolhe dados pessoais dos candidatos e dos seus trabalhadores que se afigurem necessários ao exercício da atividade profissional incluindo o tratamento de dados biométricos dos colaboradores para registo de entradas e saídas e de dados de saúde sempre e quando assim o exija o cumprimento das normas legais em matéria de saúde, higiene e segurança no trabalho.

A STCP SERVIÇOS recolhe também dados pessoais dos seus fornecedores e dos prestadores de serviços externos, sempre e na medida do necessário à correta e adequada execução dos contratos celebrados.

Por fim, a STCP SERVIÇOS disponibiliza um conjunto de informação relevante sobre a empresa e a sua atividade no seu sítio institucional da Internet (<https://www.stcpservicos.pt/>), recolhendo dados pessoais relativos a sugestões e reclamações e o formulário de avenças.

As atividades de tratamento de dados pessoais têm por fundamento, conforme o caso, o consentimento explícito e informado dos titulares no âmbito, designadamente, das suas relações com entidades terceiras, como é o caso da necessidade de execução de contratos. Constitui igualmente fundamento de licitude do tratamento de dados pessoais pela STCP SERVIÇOS o interesse público subjacente à sua atividade.

Na sua missão de, a todo o tempo e de forma cabal, assegurar o pleno respeito e tutela de dados pessoais, a STCP SERVIÇOS dispõe de um Encarregado de Proteção de Dados.

Porto, 7 de fevereiro de 2023.

O Conselho de Gerência,

(aprovado por deliberação do Conselho de Gerência de 7 de fevereiro de 2023)



Capítulo I – Disposições Gerais

1. Enquadramento normativo

A STCP SERVIÇOS assegura o cumprimento da legislação nacional e europeia em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, mormente o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (LPD), e no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (RGPD), assim como, em termos gerais, nos artigos 26.º, n.º 1, 32.º, n.º 8, e 35.º, todos da Constituição da República Portuguesa, no artigo 80.º do Código Civil, no artigo 16.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nos artigos 7.º, 8.º, 27.º e 31.º, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, no artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, do Conselho da Europa, de 4 de novembro de 1950, na Carta Social Europeia (revista) do Conselho da Europa (CETS n.º 163), aprovada em Estrasburgo em 3 de maio de 1996, e na Convenção n.º 108 do Conselho da Europa, de 28 de janeiro de 1981, para a proteção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de caráter pessoal, bem como no seu Protocolo Adicional, de 8 de novembro de 2001.

2. A proteção de dados pessoais é uma prioridade da STCP SERVIÇOS

A proteção dos cidadãos relativamente ao tratamento de dados pessoais é um direito fundamental, pelo que a sua privacidade é importante para a STCP SERVIÇOS e, por isso, esclarecemos quais os dados pessoais que recolhemos, para que finalidades são utilizados, princípios que orientam esta utilização e quais os direitos que assistem aos cidadãos/titulares desses mesmos dados.

No seguimento e em concretização da missão, dos objetivos e dos valores da organização definidos tanto nos seus estatutos como no Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, os quais se encontram sintetizados no seu sítio institucional, a STCP SERVIÇOS considera prioritária a garantia e a tutela a todo o tempo dos dados pessoais que são objeto de tratamento na sua atividade.

Enquanto responsável pelo tratamento de dados, a STCP SERVIÇOS:

- Assegura que o tratamento dos dados pessoais é efetuado no âmbito da(s) finalidade(s) para os quais os mesmos foram recolhidos, ou para finalidades compatíveis com o(s) propósito(s) inicial(is) para que foram recolhidos;
- Assume o compromisso de implementar uma cultura de minimização de dados, em que apenas se recolhe, utiliza e conserva os dados pessoais estritamente necessários ao desenvolvimento da sua atividade e à satisfação dos interesses dos cidadãos;
- Não procede à divulgação ou partilha dos seus dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade.

Para o efeito, a STCP SERVIÇOS documenta todas as evidências de ações de conformidade com a legislação europeia e nacional de proteção de dados pessoais bem como todas as operações de tratamento de dados pessoais que leva a cabo no seu funcionamento quotidiano.

Do mesmo modo e paralelamente, a STCP SERVIÇOS, através do Encarregado de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto no artigo 11.º, alínea a), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, promove a realização periódica de auditorias e de obrigações de reporte interno tendo em vista a aferição contínua do

grau de conformidade da empresa relativamente às suas obrigações legais e contratuais em matéria de proteção de dados pessoais.

A todos os trabalhadores é disponibilizada a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, a par da sua publicação integral no sítio institucional da STCP SERVIÇOS na internet.

A STCP SERVIÇOS promove igualmente, em todo o momento, designadamente no seu funcionamento interno e nas suas relações com entidades externas, utilizadores, fornecedores e prestadores de serviços, a garantia de prioridade da aplicação do princípio da privacidade por defeito e desde a conceção, de modo a garantir, desde logo, a eficácia na aplicação dos princípios gerais da proteção de dados pessoais.

Procura-se, designadamente, garantir que, para além da avaliação financeira, da viabilidade negocial e do correto enquadramento das regras de contratação pública, todas as novas aplicações informáticas, sistemas ou processos ou redefinição destes que envolvam o tratamento de dados asseguram o cumprimento dos princípios, mormente da minimização e da finalidade, e que os dados pessoais não são disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares. Pode ser determinada, ainda, a implementação de medidas de mitigação dos riscos potenciais ou evidenciados, incluindo, quando necessário e nos termos dos artigos 35.º e 36.º do RGPD, a promoção de avaliações de impacto sobre a proteção de dados ou a consulta prévia à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd).

3. Responsável pelo tratamento de dados pessoais e encarregado de proteção de dados

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., pessoa coletiva n.º 505 246 473, com sede em Avenida de Fernão de Magalhães 1862, 13.º, 4350-158 Porto, contacto telefónico +351 225071100 e correio eletrónico geral@stcpservicos.pt. Atendendo ao organograma da empresa, o tratamento de dados pessoais constitui responsabilidade de cada uma das áreas em que a mesma se estrutura.

A 4 de maio de 2022, iniciou funções na STCP SERVIÇOS o Encarregado de Proteção de Dados, com as competências determinadas nos artigos 37.º a 39.º do RGPD e no artigo 11.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. O Encarregado de Proteção de Dados tem domicílio profissional na STCP SERVIÇOS, podendo ser contactado pelos meios acima indicados ou através do correio eletrónico dpo@stcpservicos.pt.

Capítulo II – Atividades de tratamento de dados pessoais

4. Registo das atividades de tratamento de dados pessoais

No âmbito da sua atividade, a STCP SERVIÇOS realiza atividades de tratamento de dados pessoais em conformidade com as exigências, as obrigações e os princípios gerais consignados na legislação europeia e nacional aplicável. Quer nas suas relações contratuais com os seus trabalhadores quer nas estabelecidas com entidades terceiras, a STCP SERVIÇOS procura assegurar um elevado nível de proteção dos dados pessoais, privilegiando, no que a estas últimas diz respeito, os contraentes privados que ofereçam comprovadamente as melhores e mais robustas garantias e boas práticas a este respeito,

obrigando à formalização deste compromisso de conformidade legal nas peças do procedimento e no instrumento contratual estabelecido com a empresa.

Os tratamentos dos dados pessoais referidos no presente capítulo podem ser realizados de forma manual e/ou automatizada, tendo nomeadamente por finalidades únicas e exclusivas legalmente previstas, para além da gestão dos meios e dos recursos humanos ao seu serviço, assegurar as necessidades de serviço inerentes ao exercício das funções acometidas à STCP SERVIÇOS em função da natureza da sua atividade e, bem assim, a proteção e segurança de pessoas e bens, não implicando em nenhum caso a sua transmissão transfronteiriça para países fora da União Europeia.

As transmissões de dados pessoais, independente da sua forma de concretização, observam escrupulosamente as regras de segurança, sendo efetuadas apenas quando estritamente necessárias para efeitos de funcionamento regular e adequado dos serviços ou da respetiva tutela de direitos. É a este respeito especialmente dado cumprimento ao disposto nos artigos 23.º, n.º 2, e 29.º, n.º 3, ambos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

4.1. Dados pessoais recolhidos

Os Dados Pessoais recolhidos dependem do contexto das interações com a STCP SERVIÇOS, no âmbito da sua atividade e no cumprimento das atribuições que lhe estão legal e contratualmente cometidas.

Os dados que recolhemos podem incluir o seguinte:

Identificação:

- Nome;
- NIF.

Contactos:

- Morada;
- Endereço de correio eletrónico (email);
- Número de telefone e/ou telemóvel.

Dados institucionais: Endereço de correio eletrónico /email institucional.

Dados de localização: Localização geográfica.

Dados de pagamento: no caso de solicitar algum serviço que implique o pagamento de uma taxa ou de um preço, ou no âmbito da execução de um contrato, recolhemos os dados necessários para proceder ao processamento do respetivo pagamento.

Vídeo: se visitar instalações geridas pela STCP SERVIÇOS, a sua imagem pode ser captada pelas nossas câmaras de segurança.

4.2. Partilha de dados

A STCP SERVIÇOS somente partilha dados pessoais com terceiros no exercício de funções de interesse público/autoridade pública cometidas à STCP SERVIÇOS no estrito cumprimento de obrigações legais ou com o consentimento do titular.

Sem prejuízo, podem ser transmitidos dados a subcontratantes para que estes os tratem em nome e por conta da STCP SERVIÇOS. O tratamento dos dados pessoais tem como única finalidade a prestação de serviços no âmbito das atribuições desta Sociedade, designadamente de contratos de avenças. Os dados serão tratados de acordo com esta política de privacidade. Neste caso a STCP SERVIÇOS toma as medidas contratuais necessárias para garantir que os subcontratantes respeitam e protegem os dados pessoais do titular.

4.3. Cookies e tecnologias semelhantes

O *site* da STCP SERVIÇOS utiliza *cookies*.

O *cookie* é um ficheiro de informação automaticamente colocado nos discos rígidos dos computadores ou dispositivos móveis dos utilizadores quando estes acedem a certos websites. O *cookie* identifica o programa de navegação no servidor, possibilitando o armazenamento de informação por forma a melhorar a experiência dos utilizadores, designadamente melhorando o desempenho do sítio e maximizando a sua experiência ao navegar no mesmo, nomeadamente permitindo uma navegação mais rápida e eficiente e eliminando a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações.

4.4. Principais atividades de tratamento de dados pessoais desenvolvidas

Seguidamente enumeram-se as principais atividades de tratamento de dados pessoais desenvolvidas pela STCP SERVIÇOS:

a) Atividades de tratamento de dados pessoais no domínio laboral

A STCP SERVIÇOS procede à recolha, à conservação, à utilização, ao registo e à eliminação dos dados pessoais respeitantes aos candidatos que preenchem o formulário de inscrição e aos seus trabalhadores no âmbito e na decorrência da outorga dos respetivos contratos de trabalho, designadamente daqueles que se afiguram imprescindíveis para a referida prestação laboral, incluindo o nome, os números de identificação civil e fiscal, a residência atual, assim como os contactos telefónico e de correio eletrónico e, em certos casos e com vista à elaboração e distribuição do respetivo cartão de identificação da empresa, ao seu registo fotográfico.

As referidas atividades de tratamento destinam-se, deste modo, a permitir à empresa e em especial à área de Recursos Humanos, assegurar a gestão dos trabalhadores a seu cargo, incluindo o controlo da assiduidade, o cumprimento de obrigações fiscais, o processamento de salários e a consequente elaboração e distribuição dos recibos de vencimento, o agendamento do período de férias, a realização de atividades formativas, a constituição dos seguros legalmente exigíveis e, bem assim, o próprio controlo de acessos às instalações. Quanto a este último caso, a STCP SERVIÇOS dispõe de um sistema de registo biométrico instalado na sua sede, o qual permite a marcação do ponto aos trabalhadores em condições de segurança e confidencialidade, cumprindo a todo o tempo o disposto em especial no artigo 28.º, n.º 6, da LPD. Esta atividade de tratamento de dados foi objeto da competente e exigível avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD).

Por fim, a STCP SERVIÇOS recolhe igualmente, a título periódico, os dados de saúde que se afigurem imprescindíveis ao cumprimento das normas legais aplicáveis em matéria de saúde, higiene e segurança no trabalho, nos termos da legislação aplicável.

b) Atividades de tratamento de dados pessoais nas relações da STCP SERVIÇOS com entidades externas

A STCP SERVIÇOS procede igualmente à recolha, à conservação, à utilização, ao registo e à eliminação dos dados pessoais disponibilizados pelos fornecedores, prestadores de serviços e demais subcontratantes, no âmbito e por causa da execução dos respetivos contratos outorgados com a empresa, designadamente daqueles que se afigurem imprescindíveis para a referida execução contratual, incluindo para efeitos de avaliação da qualidade e para pagamentos ou recebimentos.

c) Atividades de tratamento de dados pessoais desenvolvidas através do sítio institucional da STCP SERVIÇOS na Internet

A informação recolhida pelo *website* onde se encontra alojado o sítio institucional da STCP SERVIÇOS na internet respeita às preferências de navegação dos utilizadores, não incluindo, como tal, informação que os identifique, mas meras informações genéricas. Para mais informações, consulte a nossa Política de Cookies.

O sítio da STCP SERVIÇOS na internet disponibiliza um conjunto de informações relevantes sobre o serviço prestado pela empresa contendo, igualmente, indicação dos projetos nacionais e europeus em que a empresa se encontra envolvida e, bem assim, os contactos disponíveis.

O sítio da STCP SERVIÇOS disponibiliza um formulário de sugestões e/ou reclamações, o qual poderá ser preenchido por qualquer interessado através da colocação obrigatória do nome e e-mail.

O sítio da STCP SERVIÇOS disponibiliza, ainda, um formulário de avenças, o qual poderá ser preenchido por qualquer interessado através da colocação obrigatória do nome, número de contribuinte fiscal, morada, código postal, localidade, endereço de correio eletrónico, tudo para efeitos de faturação e, finalmente o número de contacto telefónico. A par destes dados são, também, recolhidos dados relativos ao documento único automóvel/título de registo de propriedade, comprovativo do domicílio fiscal emitido pela Autoridade tributária (no caso de utilizador residente) ou certidão da Conservatória do Registo Comercial onde conste o CAE da atividade (no caso de utilizador comerciante). O tratamento destes dados pessoais, acima solicitados, é necessário à prestação de serviços no âmbito da atribuição de avenças.

Capítulo III – Direitos dos titulares dos dados pessoais

5. Direito de informação

Os titulares dos dados pessoais objeto de tratamento pela STCP SERVIÇOS têm o direito de ser informados pelo responsável pelo tratamento, de forma concisa, simples, transparente, explícita, inteligível e completa, sobre os dados abrangidos e respetiva categoria e sobre a operação e a finalidade subjacente ao tratamento dos dados pessoais, assim como sobre os destinatários a quem sejam comunicados os dados e sobre a lógica subjacente ao eventual tratamento automatizado dos dados que lhes digam respeito.

Para o efeito mencionado, a STCP SERVIÇOS assegura o cumprimento das disposições previstas, em especial, nos artigos 13.º e 14.º do RGPD, quer relativamente aos seus trabalhadores quer relativamente a

entidades externas e a utilizadores. A STCP SERVIÇOS garante, de igual modo, a permanente atualização e revisão periódica das atividades de tratamento realizadas e objeto do competente registo, dos dados pessoais objeto das mesmas, de modo a assegurar a adequação permanente das atividades de tratamento de dados com os princípios gerais, mormente os da minimização, finalidade e conservação.

6. Outros direitos dos titulares e procedimento para o seu exercício

Os titulares dos dados pessoais têm o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento a limitação, a retificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexato desses dados, que não decorra de culpa ou responsabilidade dos titulares na sua prévia disponibilização, assim como a comunicação de qualquer limitação, retificação, apagamento ou bloqueio efetuado junto de terceiros a quem os dados sejam comunicados, salvo se isso for comprovadamente impossível.

A STCP SERVIÇOS assegura a atualização permanente dos dados pessoais por si recolhidos e tratados, bem como o cumprimento da política de eliminação dos dados conservados ao abrigo dos respetivos prazos de conservação que sejam aplicáveis ao caso concreto.

Os titulares dos dados têm igualmente o direito a opor-se, em qualquer altura, por razões ponderosas e legítimas relacionadas com a sua situação particular, a que os dados que lhes digam respeito sejam objeto de tratamento, nos termos e com os condicionalismos legalmente determinados.

Sempre que o tratamento dos dados pessoais seja efetuado com base no consentimento, pode o titular dos dados solicitar à STCP SERVIÇOS que deixe de efetuar esse tratamento.

Os titulares dos dados têm ainda direito a reclamar do tratamento dos dados pessoais efetuado pela STCP SERVIÇOS, seja junto do responsável pelo tratamento dos dados pessoais, seja junto do Encarregado de Proteção de Dados (dpo@stcpservicos.pt), seja junto da autoridade reguladora nacional - Comissão Nacional de Proteção de Dados, <http://www.cnpd.pt> –, podendo igualmente recorrer às vias judiciais competentes para resolver qualquer litígio resultante do mencionado tratamento de dados pessoais, incluindo para efeitos de indemnização por danos ou prejuízos causados, nos termos gerais da responsabilidade civil.

Para efeitos do exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais, a STCP SERVIÇOS assegura a implementação de um procedimento interno tendo em vista a tramitação célere e adequada dos pedidos apresentados e a garantia de uma resposta a providenciar no prazo máximo de 30 dias, salvo situações de urgência devidamente fundamentada ou de violações dos direitos evidenciadas pelo titular ou por terceiros. Os titulares dos dados pessoais podem dirigir o respetivo pedido ao responsável pelo titular dos dados ou ao Comité de Segurança e Proteção de Dados Pessoais, ao Encarregado de Proteção de Dados, utilizando para o efeito os contactos indicados supra no ponto 3 do Capítulo I.

Ao pedido é de imediato dado seguimento, com vista à averiguação preliminar do pedido, da sua conformidade e dos fundamentos invocados e à adoção das medidas que se afigurem adequadas e proporcionais à sua satisfação, incluindo, quando necessário, a comunicação do pedido ao subcontratante que se apure ser quem efetua a operação de tratamento.

A STCP SERVIÇOS recolhe os dados pessoais do requerente que sejam estritamente necessários à tramitação do pedido, dando cumprimento ao dever de informação associado a essa operação de tratamento. O pedido será apenas recusado em caso de manifesta falta de fundamento do mesmo, sendo

em tal caso o requerente notificado da decisão de recusa de exercício do direito invocado e dos respetivos motivos.

Em caso de suspeita ou evidência da violação de dados pessoais ou da informação associada, por ruturas ou desconformidades na sua integridade, confidencialidade ou disponibilidade, a STCP SERVIÇOS comunica imediatamente ao Encarregado de Proteção de Dados, tendo em vista a deteção, identificação e investigação das circunstâncias verificadas e a garantia do cumprimento das obrigações previstas nos artigos 33.º e 34.º do RGPD.

Todos os incidentes que consubstanciem violações de dados pessoais são documentados e é-lhes atribuído o carácter de urgência no seu tratamento e resolução, incluindo a implementação de mecanismos expeditos de contacto com terceiros, quando seja o caso, sendo para o efeito adotadas as metodologias e standards internacionais aplicáveis e convocados todos os intervenientes e responsáveis.

7. Segurança e Confidencialidade dos Dados Pessoais

O tratamento dos dados pessoais efetuado pela STCP SERVIÇOS ou por quaisquer subcontratantes está sujeito à prévia implementação e ao ulterior controlo e efetividade da aplicação das medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, que permitam assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento apresenta e à natureza dos dados a proteger.

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais, bem como as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais objeto de tratamento, estão sujeitos a sigilo profissional e a dever de confidencialidade, mesmo após o termo das suas funções.

A violação do dever de sigilo constitui uma infração prevista e punida pelo artigo 51.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

8. Prazos de tratamento e conservação de dados pessoais

A STCP SERVIÇOS trata e conserva os dados pessoais conforme as finalidades para que os mesmos são tratados.

Há casos em que a lei obriga ao tratamento e conservação dos dados por um período de tempo mínimo, designadamente: por um ano, os dados para efeitos de investigação, deteção e repressão de crimes graves ou por dez anos os dados necessários para informação à Autoridade Tributária para efeitos contabilísticos ou fiscais.

Mas, sempre que não exista uma obrigação legal específica, então os dados serão tratados apenas pelo período necessário para o cumprimento das finalidades que motivaram a sua recolha e preservação e sempre de acordo com a lei, as orientações e decisões da CNPD. Assim:

No caso das avenças, a STCP SERVIÇOS trata e mantém os dados pessoais pelo período em que manter uma relação contratual.

No que respeita à videovigilância das suas instalações a STCP SERVIÇOS apenas manterá as gravações de imagens e respetivos dados pessoais pelo prazo máximo de 30 dias.

A STCP SERVIÇOS poderá manter outros dados pessoais por períodos superiores à duração da relação contratual, seja com base no consentimento do Cliente, seja para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, seja ainda porque tem interesses legítimos que o fundamentam, mas sempre pelo período estritamente necessário à realização das respetivas finalidades e de acordo com as orientações e decisões da CNPD. São exemplos, o contacto relativo a comunicações de serviços, a preservação de dados no âmbito de processos de reclamação de faturas ou processos judiciais, neste último caso pelo prazo em que os mesmos estiverem pendentes.

